

PARECER Nº 36, DE 2019-PLEN-SF

(De Plenário, em substituição à CAS, proferido na Sessão do dia 13 de março de 2019)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir parecer.) – Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, prevê multa em favor da empregada, em valor correspondente ao dobro da diferença salarial verificado mês a mês, quando houver inflação do inciso III e do art. 373-A, relativamente à remuneração das mulheres.

O referido inciso veda que se considere como variável determinante para fins de remuneração formação profissional e oportunidade de ascensão profissional, o sexo, a idade, a cor ou a situação familiar. Da multa serão excluídas as parcelas e vantagens de caráter pessoal e infração, sendo assim devidamente apurado um processo judicial, com observância do art. 461 da CLT, que assegura – isto é o mais importante – salário igual para homens e mulheres.

Sintetizo, Sr. Presidente, o relatório.

É uma luta histórica das mulheres brasileiras: na mesma função, na mesma atividade, que não haja diferença por sexo, por cor ou por hierarquia familiar; mas, sim, que tenham direito ao mesmo salário.

Devido a isso, Sr. Presidente, sintetizando aqui, já neste início de noite, eu pediria a aprovação deste projeto. Ele vai para a Câmara dos Deputados. Houve um outro semelhante, do Senador Lindbergh – caminhamos também nessa linha. E fica o compromisso de todos nós, se assim entendermos, aprovar no futuro, que pode ser a semana que vem, o que foi desarquivado, porque esse vai direto para a sanção.

Este é o relatório, pela aprovação do projeto do Senador Fernando Bezerra.